

**38º Encontro Anual da Anpocs  
2014**

**SPG09 – Literatura e Sociedade**

**Roberto Schwarz e a obra de Machado de Assis: uma leitura das  
relações de favor**

**Karim Helayel**

## **Roberto Schwarz e a obra de Machado de Assis: uma leitura das relações de favor**

**Autor: Karim Helayel (PPGSA/UFRJ)<sup>1</sup>**

### **Introdução**

Procurar-se-á discutir, neste trabalho, a interpretação do sociólogo e crítico literário Roberto Schwarz, a respeito das relações de favor, aspecto constitutivo central da experiência social brasileira, também codificada nos romances de Machado de Assis, sobre os quais ele se debruçou. Afigura-se relevante sublinhar que tais relações serão entendidas enquanto dinâmica sociocultural, tomando como horizonte analítico a interpretação do Brasil tecida por Schwarz, por meio da decodificação das relações de favor presentes nos romances machadianos. Levando em consideração a importância da dialética entre forma literária e processo social para a reflexão de Schwarz, o objetivo deste trabalho será perscrutar a maneira como o crítico constrói a problemática do favor, a partir de uma análise crítico-formal dos romances escritos por Machado de Assis, que lhe servem como materiais empíricos. Concordando com Leopoldo Waizbort (2009), que se preocupou em discutir a obra de Schwarz, os romances de Machado de Assis seriam, “uma concreção, em forma literária, de um processo social amplo e complexo, de que dá notícia e revela como nenhuma outra forma cultural fora capaz de fazer” (Waizbort, 2009: 409).

É conveniente, antes de adentrarmos o cerne das reflexões de Schwarz, recorrer aos pressupostos teórico-metodológicos da crítica literária à qual sua perspectiva se encontra circunscrita, para a realização da pretendida análise de seus textos. Para tanto, não se pode prescindir do esquadramento, ainda que breve, da concepção dialética da crítica literária brasileira, que enxerga o quão fundamental é analisar a relação entre a forma literária e o processo social, de modo a encontrar os aspectos constitutivos de uma determinada sociedade reordenados e codificados na forma literária. Neste caso, a esfera social assume importância como elemento que desempenha determinado papel na estrutura literária, tornando-se, por conseguinte, interno (Candido, 2010a). Faz-se necessário realçar o que Antonio Candido<sup>2</sup> denominou como “redução estrutural”, ou

---

<sup>1</sup> Estudante do segundo ano de Mestrado, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Vem desenvolvendo pesquisa sobre as relações de favor na obra do sociólogo e crítico literário Roberto Schwarz, sob orientação do Professor André Botelho.

<sup>2</sup> Concedo ênfase à abordagem de Antonio Candido, pois, com vistas à discussão da dialética entre forma literária e processo social, foi ele um dos precursores deste tipo específico de abordagem no Brasil, bem como uma das principais referências que embasaram a produção intelectual de Roberto Schwarz, além de ter sido seu professor. Schwarz evidencia textualmente o pioneirismo de Antonio Candido, no Brasil, no

seja, “o processo por cujo intermédio a realidade do mundo e do ser se torna, na narrativa ficcional, componente de uma estrutura literária, permitindo que esta seja estudada em si mesma, como algo autônomo” (Candido, 2010b: 9), princípio este que logra relevância para as formulações de Schwarz.

Roberto Schwarz toma a perspectiva de Antonio Candido como ponto de partida para a realização de suas reflexões, podendo-se dizer que, desta maneira, o discípulo procura analisar, assim como seu mestre, “o comportamento ou o modo de ser que se manifestam dentro do texto, porque foram criados nele a partir dos dados da realidade exterior” (Ibidem: 10). A mediação entre o interno e o externo, bem como a relação entre forma e conteúdo não são realidades separadas e hermeticamente fechadas, pois compõem uma imbricação que deve ser levada em conta no âmbito do movimento analítico. Ao empreender o tipo de análise ensejada, tanto Candido como Schwarz enxergam a constituição do texto enquanto força social interpeladora da sociedade, por esta não passar despercebida da inteligibilidade que é construída sobre si mesma. Em suma, nesta direção, Paulo Arantes nota que - ao discutir os principais aspectos do texto

---

que diz respeito à realização de uma matizada e densa análise crítica atenta aos pressupostos sociais que enquadram a forma literária: “O primeiro no Brasil que fez análise social minuciosa, como parte íntegra da reflexão estética, foi Antonio Candido nos ensaios sobre *Memórias de um sargento de milícias* e *O cortiço*, que por isso mesmo abriram perspectivas críticas novas” (Schwarz, 1999: 230, grifos do autor). No prefácio ao livro *Um mestre na periferia do capitalismo* (1990), Schwarz delinea suas principais orientações intelectuais para a formulação de suas proposições no que se refere à obra de Machado de Assis. Evidencia Schwarz: “Devo uma nota especial a Antonio Candido, de cujos livros me impregnei muito, o que as notas de pé-de-página não têm como refletir. Meu trabalho seria impensável igualmente sem a tradição – contraditória – formada por Lukács, Benjamin, Brecht e Adorno, e sem a inspiração de Marx” (Schwarz, 2000b: 13). Desenvolvendo discussão sobre as matrizes referenciais de Schwarz, Leopoldo Waizbort, aponta a existência de um amálgama de quatro linhagens fundamentais para o crítico: a visão de Antonio Candido acerca do processo de constituição do romance brasileiro; os estudos marxistas do seminário de *O capital*, realizados na Universidade de São Paulo, entre os anos 1950-60; a maneira como Lukács, Adorno e Benjamin conceberam o conceito de forma artística, a qual é dotada de lastros social e histórico; e o procedimento de Erich Auerbach, o qual combina análise de texto e explanação histórica (Waizbort, 2007b). Nesta direção, deve-se lembrar, concomitantemente, a relevância da reflexão de Lukács, para Schwarz, já que a própria arquitetura de *Ao vencedor as batatas* (1977) segue o esquema lukacsiano, “segundo o qual convém começar com a exposição da forma geral que se realizaria na forma literária (forma geral que decanta o processo social mais amplo), seguida pelo rastreamento de seus antecedentes históricos para, por fim, chegar à forma que se quer investigar” (Waizbort, 2009: 409).

“Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da Malandragem’”(1979)<sup>3</sup>, de Roberto Schwarz -

a pedra angular é a noção de forma, princípio mediador responsável pela junção de romance e sociedade; assim entendida, ela é parte dos dois planos, organizando em profundidade os dados da ficção e do real; vem daí o alcance mimético da composição, que não existiria se ela não fosse imitação de algo já organizado e não reprodução documentária de eventos brutos; assim o que a estrutura literária ‘imita’ é por sua vez uma estrutura (Arantes, 1992: 42).

Mas, deve-se notar que a capacidade de convencimento dos textos literários depende menos de sua referência ao mundo exterior do que de sua organização formal própria, uma vez que o social somente ganhará vida e inteligibilidade na obra literária se for devidamente reordenado (Candido, 2010b). Como sugere Silvia López, um crítico como Roberto Schwarz, orientado também pelas proposições de Theodor Adorno e Walter Benjamin, preocupou-se em “encontrar dentro do texto as configurações ou as constelações que iluminem seu momento histórico” (López, 2007: 28). Para Candido e Schwarz, portanto, afigura-se imprescindível uma leitura que conceda autonomia ao texto literário, por este trazer inscrito em sua urdidura o processo social, reordenado e codificado. Em síntese, para ambos, a literatura é constantemente interpelada pela sociedade, porém, em contrapartida, esta interpela a outra de forma concomitante, não existindo univocidade no movimento, mas sim, uma relação de reciprocidade e retroalimentação, caracterizando esta mutualidade referente ao processo de interpelação aventado.

---

<sup>3</sup> Em “Pressupostos, salvo engano, de 'Dialética da Malandragem’”, Schwarz analisa o texto “Dialética da malandragem” (1970), cuja autoria é de Antonio Candido, por meio do qual este desenvolve uma análise do romance *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antonio de Almeida. Neste texto, Candido identifica a dialética entre ordem e desordem, como componente principal do processo de formalização estética do romance (Candido, 2010a). Schwarz destrincha o debate proposto por Candido, notando que “esta forma é tanto o esqueleto de sustentação do romance, quanto a *redução estrutural* de um dado social externo à literatura e pertencente à história. Trata-se, noutras palavras, da *formalização estética* de um ritmo geral da sociedade brasileira da primeira metade do século XIX” (Schwarz, 1987: 132, grifos do autor). Aprofundando a discussão realizada na nota anterior, deve-se ressaltar que Schwarz afirma que somente quando surgiu o artigo “Dialética da malandragem”, em 1970, “é que seria publicado no Brasil o primeiro estudo literário propriamente dialético”. Schwarz observa que inexistindo “alarde de método ou de terminologia, passando ao largo do estruturalismo, e guardando também a distância em relação à conceituação do marxismo (o qual entretanto era a sua inspiração essencial), saía a 'Dialética da malandragem': uma explicação surpreendente e bem argumentada do valor das *Memórias de um sargento de milícias*” (Ibidem: 129, grifos do autor).

### **Roberto Schwarz e a questão do favor em *Ao vencedor as batatas***

Adentrando o eixo central do pensamento de Roberto Schwarz, é importante dizer que o crítico define o favor, em “As ideias fora do lugar”, texto de abertura do livro *Ao vencedor as batatas* (1977), como a mediação quase universal das relações sociais no Brasil (Schwarz, 2000a). Deve-se atentar para o *quase* presente na asserção do crítico, uma vez que a mercadoria é, conforme discute, figura presente na configuração das relações sociais brasileiras, malgrado não constituir sua principal mediação. Assim, de acordo com suas formulações acerca da sociedade brasileira oitocentista, em grande medida referenciadas pelos resultados do livro *Homens livres na ordem escravocrata* (1969), de Maria Sylvia de Carvalho Franco, o modo de produção baseado no trabalho escravo produziu três classes de população: o latifundiário, o escravo e o homem livre pobre, residindo seu interesse analítico nesta última classe (Idem). Devido ao fato de o trabalho ser realizado pelos escravos, a classe dos homens livres pobres, tendo vedada sua participação no plano da produção, naquele contexto histórico-social particular, aparentemente, não tinha *raison d'être*. No caso específico do homem livre pobre, circunscrito à situação singular da sociedade escravocrata brasileira oitocentista, pode-se notar que seu acesso aos bens materiais e imateriais dependia do favor de algum proprietário. Esta relação, que logra relevância para o argumento de Schwarz, encontra-se assentada em uma assimetria das relações de poder, inerente a este tipo de configuração social, calcada em uma relação de prestação e contraprestação de favores, cujo peso recaía para o polo no qual estão inscritos os homens livres pobres. Desta maneira, para Schwarz, além de ser a mediação quase universal das relações sociais no contexto sociocultural brasileiro, o favor é igualmente “o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade [refere-se aos homens livres pobres], envolvendo também outra, a dos que têm [no caso, os latifundiários]” (Idem: 16).

Neste sentido, Schwarz dirige suas atenções para a relação entre o favor e os pressupostos do receituário das instituições liberais europeias, refletindo sobre o processo de aclimatação destas mesmas instituições ao contexto brasileiro, bem como suas implicações para a vida social. Schwarz procura clarificar, dialeticamente, como as ideias e instituições europeias importadas, aclimatadas ao contexto brasileiro, poderiam robustecer a prática do favor, ao contrário de anulá-la. Desta maneira, salienta o crítico: “Aí a novidade: *adotadas as ideias e razões europeias, elas podiam servir e muitas vezes serviram de justificação, nominalmente ‘objetiva’, para o momento de arbítrio que é da natureza do favor. Sem prejuízo de existir, o antagonismo se desfaz em fumaça*

e os incompatíveis saem de mãos dadas” (Ibidem: 18, grifos do autor). Em síntese, de acordo com Schwarz, no Brasil, o favor atua como a ideologia de primeiro grau, e o liberalismo como a ideologia de segundo grau, pois esta gravita em torno daquela, que é a dominante e concede a tônica do movimento. Desta forma, pode-se perceber que Schwarz argumenta que o favor é a ideologia que orienta e circunscreve as instituições, ideias e ideologias exógenas, conferindo a dinâmica do processo de aclimação das mesmas. Schwarz pondera que, a despeito da incompatibilidade de pressupostos entre o favor e as ideias liberais, estas são absorvidas e deslocadas pelas relações de favor, sofrendo uma espécie de torção, o que originaria um padrão singular (Ibidem). Seguindo os trilhos argumentativos do crítico, ainda que a escravidão indique, aprioristicamente, a inadequação das ideias liberais no Brasil, não é ela que lhes orienta o movimento. Deve-se reter que, não obstante constituir “a relação produtiva fundamental, a escravidão não era o nexos efetivo da vida ideológica” (Ibidem: 15). Em suma, este nexos efetivo da vida ideológica brasileira, nos termos propostos por Schwarz, era o favor. Assim,

com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força. Esteve presente por toda parte, combinando-se às mais variadas atividades, mais e menos afins dele, como administração, política, indústria, comércio, vida urbana, Corte etc. Mesmo profissões liberais, como a medicina, ou qualificações operárias, como a tipografia, que, na acepção europeia, não deviam nada a ninguém, entre nós eram governadas por ele. E assim como o profissional dependia do favor para o exercício de sua profissão, o pequeno proprietário depende dele para a segurança de sua propriedade, e o funcionário para o seu posto. *O favor é a nossa mediação quase universal* – e sendo mais simpático do que o nexos escravista, a outra relação que a colônia nos legara, é compreensível que os escritores tenham baseado nele a sua interpretação do Brasil, involuntariamente disfarçando a violência, que sempre reinou na esfera da produção (Schwarz, 2000a: 16 e 17, grifos do autor).

Schwarz constata que no decorrer “de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil põe e repõe ideias europeias, sempre em sentido impróprio” (Ibidem: 29). Conquanto, o “sentido impróprio” aduzido pelo crítico não se encontra orientado por uma perspectiva de matriz conservadora, uma vez que sua leitura não enfatiza a existência de um caráter impróprio e inadequado incontornável entre as ideias liberais e o terreno histórico-social brasileiro, mas se volta para os efeitos oriundos do amálgama decorrente da associação entre estes elementos, a princípio opostos e inconciliáveis. De acordo com Schwarz, o liberalismo passa a girar em falso no contexto em que

preponderam as relações de favor, com suas ideias principais sendo adotadas como “forma ornamental, como prova de modernidade e distinção” (Ibidem: 26). Por outro lado, para o crítico, o liberalismo atuou decisivamente, tendo intervindo em momentos cruciais da história brasileira, como no caso da abolição da escravatura (Ibidem). Para perceber a originalidade brasileira concernente ao padrão derivado do casamento entre favor e liberalismo, Schwarz devotou atenção à análise do processo de colonização, o qual é internacional, permitindo-lhe enxergar o que ele denomina como sendo o “tic-tac” relacionado às “conversões e reconversões de liberalismo e favor”, que é, para ele, “o efeito local e opaco de um mecanismo planetário” (Ibidem:30). Segundo Schwarz, emergia um tenso impasse, já que as ideias liberais não eram praticáveis na íntegra; porém, em contrapartida, não eram indescartáveis, aparecendo sobre o fundo das idas e vindas de arbítrio e favor, que as relativizavam (Ibidem). Percebe-se como em “As ideias fora do lugar”, Schwarz explicita, de maneira geral, antecedentes históricos fundamentais para a consecução de seus argumentos a respeito do favor e sua presença flagrante nos romances de Machado de Assis, operando a “redução estrutural” - para utilizar o conceito formulado por Antonio Candido - deste elemento que desempenha, tal como afirma Schwarz, o papel predominante nas relações sociais brasileiras.

Tendo em vista a questão referida à importação de ideias e instituições, e sua posterior aclimação, emerge como ponto central da discussão de Schwarz, a importação da forma romance. O processo de aclimação do romance é discutido pelo crítico ao longo de sua obra, e o capítulo intitulado “A importação do romance e suas contradições em Alencar”, presente também no livro *Ao vencedor as batatas*, faz figura de ponta-pé inicial para o tratamento oferecido por Schwarz ao romance machadiano, levando em consideração o processo de acumulação estética, similar à forma como o mesmo foi trabalhado por Antonio Candido em *Formação da literatura brasileira* (1959) (Candido, 2013).

Schwarz afirma, ao iniciar o texto “A importação do romance e suas contradições em Alencar”, que o romance enquanto forma “existiu no Brasil, antes de haver romancistas brasileiros” (Schwarz, 2000a: 35). O crítico argumenta que a imaginação dos escritores brasileiros se restringia a uma forma cujos pressupostos, em larga medida, não se encontravam no país ou se encontravam modificados em algum grau (Ibidem). Assim, a importação do romance e, principalmente, a importação da forma do romance realista, impunha dificuldades substantivas que caberiam aos escritores brasileiros equacionarem, com vistas à adequação desta nova forma ao contexto diverso. Ou seja, o

problema de Schwarz gira em torno de uma forma específica, cuja acumulação estética foi paroxisticamente dificultosa para a literatura brasileira se constituir enquanto tal<sup>4</sup>.

O exemplo do escritor José de Alencar é emblemático para a reflexão sobre o árduo processo de aclimação da forma literária romanesca abordado em detalhe por Schwarz. Segundo ele, Alencar reproduzia, por devotar fidelidade à realidade brasileira e ao modelo do romance europeu, inconscientemente, “uma incongruência central em nossa vida pensada” (Ibidem: 42). Schwarz logra explicitar os problemas provenientes da importação do romance, enquanto forma literária oriunda da Europa, por parte de Alencar, que não operou o movimento de adequação necessário para ajustá-la de modo a dar conta das relações sociais aqui assentadas. Sendo mais específico, Schwarz salienta que no âmbito do enredo do romance *Senhora*, de Alencar, o descompasso derivado da inadequação do romance com o plano concreto das relações sociais

---

<sup>4</sup> Como bem lembra Bernardo Ricupero (2013), a “tensão entre forma europeia e matéria local brasileira não é exclusiva à literatura” (Ricupero, 2013: 542). Ricupero cita o livro escrito por Rodrigo Naves, *A forma difícil: ensaios sobre a arte brasileira* (1996), no qual o autor aponta que a “dificuldade de forma” “perpassa boa parte da melhor arte brasileira” (Naves, 2011: 27). Naves afirma também como boa “parte dos trabalhos realizados entre nós incorpora sem dúvida as mudanças modernas, mas com um viés todo particular” (Ibidem: 19), constatação similar à visão de Roberto Schwarz sobre o caso da literatura brasileira. Podemos tomar também como exemplo o caso do futebol, tal como foi abordado por José Miguel Wisnik, em *Veneno Remédio: o futebol e o Brasil* (2008). Wisnik constata a singularidade da forma do futebol brasileiro, tendo em vista a maneira com que o esporte bretão foi apropriado, reinterpretado e ressignificado, por meio da construção de um estilo de jogo específico, calcado - para usar os termos do autor de *Veneno remédio* - numa dialogicidade não-linear e ziguezagueante, levando ao incomensurável o imponderável e o ininteligível (Wisnik, 2008). A maneira com que foi reinterpretado o futebol inglês no Brasil, leva em conta, lógica e ontologicamente, para Wisnik, a cultura e o processo social brasileiro, os quais foram transpostos estilisticamente, internalizados e codificados nesta forma singular de se praticar o futebol no Brasil. Segundo o argumento tecido por Wisnik, o traço marcante concernente à singularidade do futebol que se desenvolveu no Brasil é a elipse (Ibidem). Esta é, conforme discute Wisnik, “simultaneamente uma figura de retórica e uma figura geométrica, sintagmática e visual, 'discursiva' e topológica, como o próprio futebol. Gramaticalmente, consiste na supressão de um termo, no interior de um enunciado, que fica subentendido pelo contexto e pela situação” (Ibidem: 309). No que diz respeito ao futebol, a elipse é um elemento que “transforma a subtração numa soma, como é o caso dos corta-luzes em cascata de 'Tecendo a manhã' [Wisnik se refere a um poema de João Cabral de Melo Neto], a essência também do drible” (Ibidem: 310). O drible, como finta e elipse, de acordo com a interpretação de Wisnik, emerge da supressão de elos, que comporiam nexos lineares na composição sequencial de um lance ocorrido em uma partida de futebol. Para Wisnik, “o drible é um *chiste*, e sua irrupção em meio à prosa séria da disputa produz o relance de uma suspensão do recalco, um prazeroso e desconcertante instantâneo de inconsciente [...]. Uma disposição infantil e perverso-polimorfa, expressa nos lapsos imprimidos ao caráter consequente do discurso realista, faz do drible uma anárquica e utópica conciliação da realidade com o prazer. Ele seria ao mesmo tempo *tendencioso* e *inocente*, envolvendo de forma humorística o outro como objeto da vontade de brincar, reprimida pelas responsabilidades da condição adulta e pelas coerções da vida civilizada, que sublima carnaladamente (Ibidem: 312, grifos do autor). Esta ferramenta futebolística, lúdica e irreverente, permanentemente criada e recriada por grandes jogadores brasileiros, exprime a forma característica assumida pelo futebol brasileiro, lúdico, estético e não-linear.



brasileiras é patente (Ibidem). Na concepção do crítico, as personagens centrais de *Senhora* operam mediante a lógica da moderna sociedade burguesa europeia, orientando suas condutas pelas normas impostas pelo valor-de-troca, enquanto que as personagens secundárias orientavam suas condutas de acordo com o estatuto das relações locais. O ponto do argumento de Schwarz reside no fato de que a forma do livro *Senhora* traz embutidas as incongruências resultantes do transplante do romance europeu e sua posterior adoção em terras brasileiras. Schwarz clarifica que “a disparidade entre o enredo e a notação realista representa a justaposição de um molde europeu às aparências locais” (Ibidem: 41). O sociólogo e crítico literário resume a questão da difícil integração entre as personagens centrais e periféricas do romance, pensando a inserção de Aurélia – a protagonista - em meio ao enredo. Em resumo:

Um só romance, mas dois efeitos-de-realidade, incompatíveis e superpostos – eis a questão. Aurélia sai fora do comum: seu trajeto irá ser a curva do romance, e as suas razões, que para serem sérias pressupõem a ordem clássica do mundo burguês, são transformadas em princípio formal. Já à volta dela, o ambiente é de clientela e proteção (Ibidem: 60).

Pode-se perceber como Schwarz encaminha sua reflexão, evidenciando que Alencar alça ao centro de seu romance a coisificação burguesa das relações sociais em detrimento de um minucioso exame do *modus vivendi* vinculado às relações locais. Nesta direção, problematiza Schwarz:

“A utilização instrumental e portanto o antagonismo absoluto é o modelo, aqui, da relação entre os indivíduos. Ora, esse é um dos efeitos ideológicos essenciais do capitalismo liberal, assim como é um dos méritos do romance realista significá-lo em sua própria estrutura. Mas não era o princípio formal de que precisávamos, embora nos fosse indispensável – como tema” (Ibidem: 79).

Conforme Schwarz, a importação da forma romance trouxe consigo “postura” e “dicção” que não encontravam chão propício para se assentarem sem conflitos, uma vez que as circunstâncias locais dissonavam da nova forma. Tomando o romance *Senhora* como material empírico, Schwarz sublinha que a “condução do conflito, enredo e figura são de linhagem balzaquiana” (Ibidem: 52). Este é um ponto central para Schwarz, pois, segundo ele, Alencar conserva o *modus operandi* formal e vários procedimentos estilísticos mobilizados por Balzac, conquanto existe um deslocamento formal propiciado pela matéria local brasileira, o que torna seu romance inverossímil até certo

ponto, principalmente no que concerne às personagens centrais do enredo, as quais orientam suas condutas tendo em vista valores eminentemente burgueses.

Portanto, Schwarz afirma que o romance de José de Alencar é demonstrativo e substantivo para o estudo dos impasses vivenciados pela intelectualidade brasileira como um todo, por corporificar em sua forma os problemas e tensões advindas das contradições e vicissitudes decorrentes do processo de aclimatação do romance enquanto forma literária ao contexto brasileiro. O romance de Alencar constitui “expressão literária da dificuldade de integrar as tonalidades localista e europeia, comandadas respectivamente pelas ideologias do favor e liberal” (Ibidem: 50). Schwarz observa que:

Não que o romance pudesse eliminar de fato esta oposição: mas teria de achar um arranjo, em que estes elementos não compusessem uma incongruência, e sim um sistema regulado, com sua lógica própria e seus – nossos – problemas, tratados na sua dimensão viável (Idem: 50).

Neste sentido, Schwarz conclui que é Machado de Assis, o escritor que logra êxito ao equacionar os problemas e contradições derivadas da importação do romance para o Brasil, colocando no eixo central de seus textos questões pertencentes à sociedade brasileira, como são os casos das relações de favor e da dominação pessoal. Mais especificamente,

o temário periférico e localista de Alencar virá para o centro do romance machadiano; este deslocamento afeta os motivos “europeus”, a grandiloquência séria e central da obra alencarina, que não desaparecem, mas tomam tonalidade grotesca. Estará resolvida a questão (Idem: 50).

Adentrando o âmbito da análise de Schwarz sobre os primeiros romances de Machado de Assis, o objetivo principal será indicar o processo de construção da problemática referente às relações de favor em *Ao vencedor as batatas* - mais precisamente, na parte destinada à análise dos romances intitulados *A mão e a luva* (1874), *Helena* (1876) e *Iaiá Garcia* (1878), cujo cerne reside na discussão acerca do “paternalismo e sua racionalização” - a fim de começar a pensar, paralelamente, o processo de construção intelectual cumulativo, no que diz respeito à perspectiva de Schwarz sobre estas relações, examinadas em várias interpretações do Brasil (Franco, 1997; Freyre, 2004; Holanda, 1995; Leal, 2012; Queiroz, 1976; Vianna, 1973). É importante lembrar que Schwarz enfatiza a matéria local ao analisar a obra de Machado de Assis, própria da configuração e da experiência social brasileira, identificando o

favor como um dos aspectos constitutivos principais de nossa vida social. Concordando com André Bueno (2013), Schwarz encaminha para o centro de sua análise “o perfil efetivo do escravismo, do patriarcado, do mando, do arbítrio, da dependência e do favor” (Bueno, 2013: 139).

Na visão de Schwarz, os primeiros romances escritos por Machado de Assis são “deliberada e desagradavelmente conformistas” (Schwarz, 2000a: 83), atuando com o intuito de justificar e civilizar o paternalismo. O crítico afirma que estes romances se nutriram da ideologia antiliberal, não havendo espaço para “as generalizações libertárias, próprias do individualismo romântico, estão quase ausentes destes livros, em que há bastante injustiça e impasse, e nenhuma brisa de revolta social. Mais exatamente, estão postas à margem” (Ibidem: 85). O crítico argumenta que a filiação conservadora de Machado de Assis, no que tange a tradição europeia, trouxe vantagens consideráveis à literatura brasileira, permitindo-lhe tratar de questões relativas ao *modus vivendi* brasileiro, gerando ganhos substantivos no que se refere à verossimilhança. Por outro lado, prossegue Schwarz, o ônus deste movimento realizado por Machado de Assis, em seus primeiros romances, foi o corte de ligações com o contexto global que, no entanto, segundo o crítico, são retomadas na segunda fase do escritor, onde há “a reintegração abundante do temário liberal e moderno, das doutrinas sociais, científicas, da vida política, da nova civilização material – naturalmente à sua maneira dele” (Ibidem: 88).

Schwarz clarifica que o denominador comum dos primeiros romances de Machado de Assis é “a afirmação enfática da conformidade social, moral e familiar, que orienta a reflexão sobre os destinos individuais” (Idem: 88). Ou seja, segundo ele, “*a família, de preferência abastada, é a intocável depositária da ordem e do sentido da vida*” (Ibidem: 89, grifos do autor). A família é, no caso destes romances analisados por Schwarz, o princípio formal, configurando “o critério da moralidade e da racionalidade das ações humanas”, bem como o elemento que circunscreve o centro reflexivo destes romances, os quais se passam restritos ao círculo familiar. Neste caso, as relações de favor emergem, também, nestes romances, inscritas e confinadas à órbita familiar.

Neste sentido, Schwarz salienta que o fato de Machado de Assis haver se debruçado sobre a ordem familiar permitiu, vale lembrar, ganhos significativos no que diz respeito à verossimilhança, tratando dos elementos centrais da experiência social brasileira, o que permitiu a modelagem de “um dispositivo literário mais chegado à nossa realidade” (Ibidem: 94). Schwarz evidencia que, no Brasil, “a idealização da família move a narrativa em linhas que guardavam contato com a prática multiforme e quase universal

do paternalismo” (Idem: 94). Para ele, o foco machadiano, que concede ênfase à família, por mais conservador que seja o seu posicionamento nos romances da primeira fase, permitiu a abordagem de questões substanciais para a compreensão do *modus operandi* das relações sociais no Brasil, trazendo à tona as relações de favor como ponto principal da dinâmica da vida social aqui desenvolvida.

Em *A mão e a luva*, segundo a interpretação do crítico, o elemento que se encontra em primeiro plano na narrativa é o favor. Guiomar, a heroína do romance, possuía dois pretendentes, que desejavam se casar com ela: Jorge, sobrinho da baronesa que protegia Guiomar, colocando-a na esfera de quem deve algo em troca por esta proteção recebida; e Luís Alves, que é o preferido de Guiomar. Ambos os pretendentes, na perspectiva de Schwarz, não violam a conformidade moral e familiar, o que os caracterizam como pretendentes vistos com bons olhos pela elite da sociedade brasileira oitocentista. Guiomar deve obediência à baronesa, o que, *a priori*, constituiria óbice significativo para a materialização de seu desejo em se casar com Luís Alves, trazendo à baila a dimensão do favor como um aspecto de primeira importância para o dilema vivenciado pela protagonista.

Nesta direção, Schwarz lança a seguinte questão, importante para a sistematização do jogo do favor presente neste romance:

A conformidade social e familiar não periga com nenhum dos dois, pois os rapazes são intocáveis sob esse aspecto. O que está em jogo é a concepção do favor. A moça deve obediência irrefletida à sua benfeitora, ou terá direito de levar em conta os seus próprios desejos, de procurar um compromisso entre o seu interesse e os deveres da gratidão? Em termos gerais, Machado opõe ao paternalismo autoritário e tradicionalista um paternalismo esclarecido, que aproveita os dons naturais e a iniciativa do beneficiado, em lugar de sacrificá-los (Ibidem: 99).

Afilhada e dependente da baronesa, este impasse reflete, conforme observa o crítico, o posicionamento social de Guiomar, que enxergará como solução a articulação da dimensão racional do cálculo ao sentimento, elementos a princípio inconciliáveis, a fim de lograr êxito em seus objetivos, os quais se concretizam ao final do livro. Schwarz coloca que “o movimento da cooptação entrosa cálculos e sentimentos numa mesma aspiração, e modifica os termos do problema, guardando-lhes no entanto a nomenclatura conflituada” (Ibidem: 98 e 99). Esta “harmonia”, segundo o autor, é um ideal para o primeiro Machado de Assis, no sentido de civilizar e aperfeiçoar o paternalismo.

Segundo seus argumentos, pode-se perceber a complexa coleção de soluções que traz em seu bojo “o universo do favor e liberal sempre articulados” (Ibidem: 100). A interpretação de Schwarz assinala que o que na obra de Alencar era “convívio esporádico” e “sem necessidade interna”, em Machado de Assis, passa a ter valia interna, tornando-se, sobretudo, “premissa na própria construção”. Para Schwarz, “já não se trata de encontrar aqui e ali a incongruência entre as ideias românticas e o tecido da sociedade local, mas de reunir estes termos no plano durável e generalizador das formas, onde a sua discórdia será elemento de vida (Idem: 100).

Ainda tratando de *A mão e a luva*, Schwarz realça a preponderância do movimento das relações de favor, que carregam para o seu campo gravitacional, as ideias liberais, dando origem “a um território com problemas, conflitos, prioridades e meandros próprios” (Idem: 100). Neste caso, o analista menciona que as relações de favor passaram a ser bem mais que um assunto, tornando-se problemática relevante no romance machadiano. Schwarz evidencia que esta

“lógica reitera uma lógica real, naturalmente sem reproduzir a realidade inteira. Aqui o fundamento de tão singular brasilidade sem pitoresco, que todos reconhecem a Machado, e que ele próprio ambicionava. Mas é certo também que só na segunda fase esta lógica estará desenvolvida sem entraves” (Ibidem: 100 e 101).

Em *A mão e luva*, apesar da dialética entre o local e o global não configurar o sustentáculo do romance, Schwarz identifica indícios sobre como o paternalismo e as novas formas de propriedade, no caso, burguesas, não entram em conflito, “antes se completam, irmanadas que estão no acordo quanto à inépcia dos critérios românticos” (Ibidem: 105). A leitura que o crítico empreende aponta para a existência de um

conformismo mais penetrante, que reivindica uma versão modernizada de paternalismo, flexível na cooptação e aberto para as vantagens modernas. Um paternalismo que reaproveita a injustiça antiga e a nova em um todo que se quer progressista e sem preconceitos (Ibidem: 108).

Fica clara, portanto, a constatação, por parte de Schwarz, da articulação entre o universo paternalista e seus pressupostos com os princípios modernizantes provenientes da Europa, amálgama este que contribuiria, na ótica do autor, para o que ele denomina, ao longo de sua obra, como a “reprodução moderna do atraso”. Deve-se ressaltar que, para Schwarz, o liberalismo, quando aclimatado ao contexto sociocultural brasileiro,

não abole as formas de opressão características do paternalismo, pelo contrário, pode robustecê-las ainda mais, tal como fica patente em sua análise a respeito da volubilidade de Brás Cubas (Schwarz, 2000b), a qual discutiremos adiante.

Em suma, pode-se notar indícios na análise de Schwarz sobre *A mão e a luva*, da relevância da problemática do favor. Este aparece com clareza no dilema de Guiomar, que está entre o pretendente de predileção da baronesa e o de seu desiderato, bem como a articulação da dimensão racional do cálculo ao sentimento, por parte da protagonista, para a resolução de seu impasse, o que se afigura também, para o crítico, como solução literária relevante. No que se refere ao paternalismo e seu primado no plano formal, Schwarz assinala que Machado de Assis os explorou e sistematizou, sem, no entanto, dar conta de discutir com mais profundidade e ênfase o moderno individualismo burguês e a civilização mercantil (Schwarz, 2000a). Conquanto, não é desnecessário dizer que a densidade do romance, segundo a concepção do analista, “é devida às formas de que falamos, que no sentido simples da palavra são genuínas, pois representam generalizações da prática social” (Ibidem: 101).

Já em *Helena*, o favor aparece acompanhado da perspectiva cristã, o que, para Roberto Schwarz, contribui para reorganizar o espaço do favor em linhas mais verossímeis. O jogo da cooptação será percebido, de acordo com ele, pelo ângulo de visão da suscetibilidade (Ibidem). Também, neste livro, conforme sua leitura, Machado de Assis permanece árduo defensor de um paternalismo aperfeiçoado, porém, sua posição tornou-se defensiva. Esclarece Schwarz: “*Deixado a si mesmo, o jogo da cooptação e dos interesses burgueses dá resultados degradantes*. Esta a nova tese, segundo a qual é preciso discipliná-lo. Em lugar da anterior confiança – algo cínica – no apetite e no desembaraço dos fortes, está a vigilância do preceito cristão” (Ibidem: 117, grifos do autor).

Neste sentido, Schwarz observa que “cabe à severidade do amor familiar e cristão moralizar as diferenças sociais, e limpá-las da baixeza que porventura elas inspirem” (Ibidem: 118). Este ponto é importante, já que, desta forma, na leitura de Schwarz, Machado de Assis demonstra como a ambiência católica ressalta no paternalismo os aspectos que ela deveria coibir, como por exemplo, “a opressão, o desrespeito, a venalidade, a desconfiança, a permanente disposição à violência etc.” (Ibidem: 119). O crítico segue a análise, sublinhando que “o clima entre os bons é de muita virtude, ainda que a todo momento se suspeitem as piores indignidades, o que não deixa de

surpreender. Como se verá, um ritmo em que as relações de favor se manifestem de maneira complexa e interessante” (Ibidem: 120).

*Helena* realça, segundo a perspectiva de Schwarz, as contradições reais e dominantes, que concedem o tônus e a ossatura da sociedade brasileira, as quais constituem a profundidade do livro. Para o sociólogo e crítico literário, o livro mostra que o favor e a dependência possuíam efeitos nefastos e degradantes, conquanto a perspectiva crítica é limitada pelos marcos impostos pelo movimento de racionalização do paternalismo (Idem). Cabe lembrar que, conforme menciona Schwarz, a protagonista do romance reconhece que “só as asas do favor me protegem” (Machado de Assis *apud* Schwarz, 2000a:125), dado relevante que denota o papel do favor para o andamento da trama e para o sentido que Helena confere a suas ações. O dilema da protagonista tem relação com a necessidade de ascenso social, entretanto, a escalada propugnada pela ideologia do livro, tal como salienta Schwarz, deve se suceder sem degradação. Schwarz demonstra que, na terminologia de *Helena*,

“trata-se de preservar o sacrário da alma. Já na linguagem da situação, trata-se de escapar à submissão pessoal, mais ou menos completa, em cujo extremo nunca aludido [...] estão a figura do agregado e o horror de ser tratado como escravo. Embora idealizadamente, a vivacidade dos melindres de Helena reflete o peso destas dimensões mais prosaicas, em que a assimetria das relações paternalistas não se disfarça” (Ibidem: 125 e 126).

Mais à frente, Schwarz prossegue, citando Machado de Assis, que Helena “prefere a miséria à vergonha”, possuindo aversão a tudo o que possa gerar uma dívida, afastando de si, “família, herança, noivo, generosidade ou complacência de corações amigos” (Ibidem: 127). Pode-se constatar a detecção, por parte de Schwarz, da difícil posição dos agregados e dependentes na sociedade escravocrata, uma vez que sua contraditória inserção e acesso às benesses que este tipo de formação social poderia lhes outorgar dependiam dos favores dos proprietários. Depreende-se daí, a existência do embate entre a autonomia individual, ligada à lógica moderna, e a posição dependente a que estavam submetidos os homens livres pobres na sociedade brasileira oitocentista, vinculados, quase que irrevogavelmente, aos interesses discricionários e arbitrários das elites dominantes. Deve-se recordar que, em *Helena*, segundo Schwarz, a dependência e a submissão pessoal possuem efeitos degradantes, gerando um paradoxo central para os homens livres na ordem escravocrata, pois, “o favor é a norma, o favor é insuportável, e

fora do favor só existe miséria” (Idem: 127). Sintetizando, sem a mobilização das relações de favor, por parte das camadas despossuídas, suas chances de sobrevivência na sociedade escravista tornam-se ainda mais exíguas, principalmente, em casos nos quais o dependente não as mobilizam tendo em vista sua autonomia e dignidade pessoais. Ao analisar *Helena*, Schwarz ressalta que no caso do “obsequiado pobre, a independência pessoal é o mínimo imprescindível, ao mesmo tempo que o máximo inalcançável” (Ibidem: 128). Assim, o autor esquadrinha e sistematiza a armação social do enredo de *Helena*, “redução estrutural” do desenho sociedade brasileira oitocentista: “De um lado, os proprietários e a propriedade (que tem forma mercantil); do outro, os homens livres, sem propriedade e sem salário – o trabalho cabe aos escravos – que só através do favor dos primeiros participam da riqueza social” (Ibidem: 129). Percebe-se como o favor opera de maneira preponderante tanto em *A mão e a luva* como em *Helena*, aparecendo como elemento interpelador e orientador das condutas das personagens principais, o que confere, na leitura de Schwarz, centralidade ao favor e verossimilhança aos romances de Machado de Assis, que avançava, contundentemente, em relação a José de Alencar.

Com *Iaiá Garcia*, Roberto Schwarz chega ao final de sua análise sobre os romances da primeira fase de Machado de Assis. Sua leitura indica que este livro é apresentado na chave do “completo desencanto”, diferentemente do “cinismo ingênuo” de *A mão e a luva*, e do “purismo” de *Helena*. Deve-se ressaltar que, de acordo com a interpretação do crítico, este “completo desencanto” jamais se traduz em desrespeito (Ibidem). A interpretação de Schwarz aponta que, em *Iaiá Garcia*, a “idealização desta vez é pouca, mas suficiente para os seus fins: protegendo as pessoas contra as ilusões com que o paternalismo as logra e diminui, o desencanto lhes preserva a dignidade humana, e por esta via inesperada salva a dignidade também ao próprio paternalismo” (Ibidem: 152, grifos do autor). *Iaiá Garcia* é, segundo a análise de Schwarz, o mais verossímil dos três romances, bem como o mais burilado no que diz respeito ao travejamento social, porém, “junta-se a eles na intenção de justificar, que é o verdadeiro limite da primeira fase” (Idem: 152). Percebe-se que em *Iaiá Garcia*,

desde as primeiras páginas o leitor percebe a realidade mais abundante, menos esquemática, e ainda assim melhor unificada. Como era de esperar, a apreciação das relações sociais é propícia também ao realismo literário, e se não assegura o ângulo crítico radical, pois pode se associar a uma atitude conformista, assegura a propriedade e a latitude na incorporação da empiria. Se nos romances anteriores a



estreiteza do ponto de vista acabava por distanciar o paternalismo literário do que se praticava efetivamente, agora Machado está numa posição que os aproxima, e que permite a circulação mais desafogada entre os espaços do romance e da realidade (Idem: 152).

Schwarz identifica a passagem de expressões e noções vinculadas à *práxis* do paternalismo para o plano do texto, as quais, segundo ele, não se encontram presentes nos romances anteriores (Ibidem), constituindo matéria problemática de primeira importância, ao receber tratamento destacado em *Iaiá Garcia*. O léxico que perpassa o livro tem estreita relação com a prática do paternalismo, podendo-se perceber, mais minuciosamente, o plano concreto das relações sociais em voga no Brasil oitocentista, havendo, conforme o crítico, melhor unificação da matéria tratada. Desta forma, Schwarz nota a existência de uma ampla gama de tipos específicos de dependentes, “que começa na submissão total e inocente, vizinha da escravidão e da devoção religiosa, passa pela submissão abjeta do oportunista, chega à submissão contrariada das pessoas que se prezam, e vai mesmo à ruptura do vínculo de dependência, através do trabalho assalariado” (Ibidem: 158). Esta vasta gama de dependentes demonstra, para Schwarz, o processo social em sua variedade, complexificando e matizando a análise. Em suma, a escala dos dependentes, no romance, é complexa, “pois nem a dependência é sempre indigna, nem a independência é sempre feliz” (Ibidem: 160).

Na concepção de Schwarz, “a relativa normalização das relações entre paternalismo e interesse material é um dos sinais da maturidade deste romance” (Ibidem: 161). Na visão do crítico, quando contrastado *Iaiá Garcia* em relação aos demais romances da primeira fase machadiana, pode-se perceber um amadurecimento, ampliação e unificação da matéria dos romances anteriores. Segundo Schwarz,

O paternalismo está presente em toda parte e de várias maneiras, no centro dos conflitos e nas figuras periféricas, enquanto terminologia, matéria de observação trivial e assunto de reflexão mais sustentada, enquanto clima, ideologia, elemento de caráter, e veremos também que enquanto mola profunda do enredo e da organização formal (Idem: 161).

No que se refere à análise de Schwarz a respeito das relações de favor, sua leitura realça uma dimensão que adensa o procedimento das relações sociais presentes na urdidura do texto. Uma das principais personagens do romance, Luís Garcia, que é funcionário público – o que não o impede de ser interpelado pela lógica paternalista e

do favor - realiza um movimento importante, segundo a análise de Schwarz, o “obséquio impessoal”, o qual logra importância na economia dos argumentos do crítico, tendo em vista a tentativa, por parte de Machado de Assis, de racionalizar o paternalismo. Segundo Schwarz:

Luís Garcia presta os seus favores a frio, sem maior envolvimento pessoal, a ponto de esquecê-los depressa, o que o preserva da traficância de imaginações que acompanha o obséquio paternalista. Neste sentido, trata-se de limpar a troca de favores de seu aspecto caloroso e indigno, ligado às relações de dependência, de que Machado tinha uma análise tão dura. Por outro lado, esta limpeza tem também o caráter de uma *racionalização* (Ibidem: 173, grifo do autor).

No entanto, Schwarz sinaliza que a ideia referida ao “obséquio impessoal” é contraditória *per se*, por guardar o formato da relação social, dispensando o seu móvel, que não é de sua predileção, ou seja, as satisfações e vantagens auferidas e derivadas da obrigação do favor (Ibidem). Schwarz ressalta que a personagem encarna um *ethos* dotado de “hábitos regulares” e “metódicos”, que podem ser enxergados como elementos oriundos da ética do trabalho e da autonomia pessoal (Ibidem), conforme discute Max Weber<sup>5</sup>. Nesta direção, Schwarz aventa um aspecto relevante para o empreendimento de sua posterior análise do romance *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881), pois não somente personagens como Luís Garcia expressam a tensão existente entre o “paternalismo” e o “sentimento burguês”, já que o narrador também a exprime, por meio de uma “hesitação técnica e ideológica” (Ibidem: 175). Para Schwarz, o vaivém existente “entre aspirações individuais e obrigações familiares, finalidades do mundo moderno e motivos paternalistas, é um dado da organização da matéria, que se opõe à forma dominante do livro que restava apurar” (Ibidem: 215).

Desta maneira, a leitura que Schwarz realiza, em *Iaiá Garcia*, indica que “o arbitrário do paternalismo está enfim transformado em princípio formal, ainda que pouco desenvolvido: o seu movimento é o movimento do enredo” (Ibidem: 197). Neste sentido, Schwarz afirma que Machado de Assis, no momento em que encontrava uma solução possível para o realismo brasileiro, abandonava, concomitantemente, a fórmula consagrada do realismo europeu, bem como o domínio da racionalidade convencional. O narrador de *Iaiá Garcia*, de acordo com o analista, “assimila e transforma em regra subjetiva – e portanto em elemento formal – o momento de arbitrário que é parte de seu assunto, para infligi-lo ao leitor” (Ibidem: 208).

<sup>5</sup> Para mais detalhes, afigura-se imprescindível a leitura de *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo* (1904), de Max Weber.

Este movimento encaminha Machado de Assis para o tipo singular de narrativa de sua segunda fase, onde o “arbitrário do narrador estará assumido, e posto em primeiro plano descarado, enquanto a sua autoridade e a intenção de justificar se tornam fatores de derrisão” (Idem: 208). Este movimento é central nos romances de maturidade de Machado de Assis, uma vez que a perspectiva passa a ser a do senhor, e não mais a do dependente, movimento este acompanhado de perto pela análise de Schwarz. Sublinha o autor: “De fato, Machado completava a sua ascensão social. Em seus romances maduros o arbitrário será encarado com a intimidade humorística de quem se confessa praticante, e já não tem o que temer. O ponto de vista passou a ser o de cima” (Ibidem: 231).

### **O discreto charme da elite dominante brasileira**

*Memórias póstumas de Brás Cubas*<sup>6</sup>, romance de Machado de Assis que recebe total atenção de Schwarz em *Um mestre na periferia do capitalismo*, expressa, segundo seu crítico, uma alternância constante de perspectivas, por meio da qual “está apurado um jogo de pontos de vista produzido pelo funcionamento mesmo da sociedade brasileira” (Schwarz, 2000b: 11). Utilizando mais uma vez os termos propostos por Antonio Candido, pode-se dizer que Schwarz observa que *MPBC* opera a “redução estrutural” da configuração social brasileira e seu *modus operandi* de orientação das condutas. Machado de Assis compunha, na ótica de Schwarz, ao formalizar esteticamente a transposição estilística das relações sociais do Brasil oitocentista, “uma expressão da sociedade real, sociedade horrendamente dividida, em situação muito particular, em parte inconfessável, nos antípodas da pátria romântica” (Idem: 11). No prefácio ao livro *Um mestre na periferia do capitalismo*, Schwarz evidencia que a tese do livro deve muito às formulações do seminário d'*O capital*, o qual chegou à conclusão de que o “atraso brasileiro” e seus caracteres não são apenas “arcaísmo residual”, já que atua como parte integrante da “reprodução da sociedade moderna”, mais precisamente, “como indicativo de uma forma perversa de progresso” (Ibidem: 13).

Segundo a interpretação de Schwarz, é fundamental notar que *MPBC* reordena e codifica no plano de sua forma, as recorrentes intromissões do narrador em primeira pessoa, Brás Cubas, que são compreendidas pelo crítico como “regra de composição narrativa” e “estilização de uma conduta própria à classe dominante brasileira” (Ibidem: 17 e 18). Assim como as intromissões do narrador, Schwarz sublinha as oscilações presentes na conduta de Brás, por este assumir o figurino do *gentleman* moderno,

---

<sup>6</sup> Para fins práticos, abreviarei o título do romance para *MPBC*.

desmerecendo-o logo em seguida, curso este normalizado pelo romance. Nesta direção, de acordo com Schwarz: “É como se a conduta ilustrada fosse credora de respeitosa consideração, tanto quanto de escárnio, e funcionasse ora como norma indispensável, ora como trambolho – complementaridade que delinea um modo de ser” (Ibidem: 19 e 20).

Sistematizando, o analista evidencia que suas observações sobre *MPBC* convergem para dois temas que se encontram interligados, no caso, a extrema volubilidade do narrador e o constante desrespeito de alguma norma (Ibidem). O narrador é dono de uma versatilidade que, segundo o crítico, muda de assunto, troca de estilo ou opinião recorrentemente, “quase que a cada frase”. Desta forma,

*Digamos então que no curso de sua afirmação a versatilidade do narrador faz pouco de todos os conteúdos e formas que aparecem nas Memórias, e os subordina, o que lhe proporciona uma espécie de fruição. Neste sentido a volubilidade é, como propusemos no início destas páginas, o princípio formal do livro (Ibidem: 31, grifos do autor).*

Em suma, a volubilidade é o movimento que constitui a forma de *MPBC*, sendo o elemento central para a economia dos argumentos de Schwarz, bem como para suas constatações sobre as relações sociais brasileiras. Segundo a leitura do autor, o narrador concilia as vantagens clientelistas e burguesas, mobilizando uma ou outra, a seu bel prazer, levando em consideração apenas seu desiderato, preponderando fortemente a dimensão do capricho característico de um membro da elite senhorial brasileira. Deve-se observar, contudo, que a volubilidade não constitui uma idiosincrasia da personagem-narradora, mas uma característica central e generalizável para a classe dominante brasileira como um todo, que oscilava constantemente entre dois polos distintos de orientação das condutas: o polo do receituário liberal-burguês e o da sociedade escravista.

Leopoldo Waizbort salienta que a desfaçatez, oscilação, inconstância, arbitrariedade, capricho e volubilidade de Brás Cubas codificam um procedimento e *modus operandi* de classe, desnudando, conseqüentemente, aspectos centrais da estrutura, bem como da experiência social brasileira (Waizbort, 2009). Conforme analisa também Paulo Arantes, “Roberto verá nas manhas narrativas do romancista uma Forma [...] a um tempo princípio de construção do livro e estilização de dinamismos sociais” (Arantes, 1992: 61). A asserção de Arantes denota como a volubilidade, característica do proceder da elite senhorial brasileira, é transposta para o plano formal do livro, sendo o estilo

vigorosamente perpassado pela dinâmica complexa da vida social. Em suma, Arantes sintetiza a questão, explicitando que

quando nossos potentados oitocentistas arbitrariamente decidiam considerar o próximo acordo com a fraseologia da igualdade civil alinhavam com a modernidade europeia, igualmente aclimatada ao país, mas se lhes convinha estreitar os laços morais do favor, era o país colonial que tomava a dianteira (Ibidem: 74).

A volubilidade do narrador é, para Schwarz, um procedimento contingenciado histórica e socialmente, contribuindo decisivamente para a compleição e teor da desfaçatez da elite senhorial brasileira. A tese de Roberto Schwarz é a de que

sem prejuízo do raio de ação ilimitado [Schwarz se refere ao raio de ação do narrador], e, neste sentido, universal, a volubilidade do narrador e a série dos abusos implicados retêm a feição específica, ou, para falar com Antonio Candido, configuram a “redução estrutural” de um movimento que a circunstância histórica impunha [...] à camada dominante brasileira (Ibidem: 35).

Seguindo a linha de raciocínio do crítico, a vinculação do país ao sistema capitalista, bem como aos princípios do liberalismo, não alterava “os modos *atrasados* de produzir”, pelo contrário, colaborava para sua reprodução e promoção, “fundando neles uma evolução com pressupostos *modernos*, o que naturalmente mostrava o progresso por um flanco inesperado” (Schwarz, 2000b: 37, grifos do autor)<sup>7</sup>. Desta maneira, o

---

<sup>7</sup> E pensar os tais “flancos inesperados” por onde pode se movimentar o progresso ainda faz parte da verve intelectual de Roberto Schwarz. No texto “Na montanha-russa do século: paradoxos do progresso em Corumbá aos olhos de um intelectual refugiado do nazismo”, publicado pela Revista Piauí, em 2013, Roberto Schwarz mobiliza lentes benjaminianas para realizar a leitura de um texto escrito por Anatol Rosenfeld, intitulado “Corumbá, a cidade branca”, procurando desvelar os paradoxos e contradições da ideologia do progresso, que se instalava em Corumbá, por meio de uma atenta leitura dos imperativos e necessidades de produção e reprodução ampliada do capital, que busca novos espaços para se expandir. Assim, Schwarz indica que Rosenfeld – utilizando-me do léxico benjaminiano - não escreve seu texto atento ao ponto de vista dos vencedores da história, mas sim, a contrapelo desta narrativa, procurando identificar seus impasses, inconsistências e, principalmente, as contradições mais agudas derivadas dos rumos tomados pelo progresso. Schwarz evidencia, mediante a análise empreendida do texto de Rosenfeld, que “a despeito das condições do ambiente e da derrota das raças superiores, há sim um progresso febril em Corumbá” (Schwarz, 2013: 93). Adiante, matiza e problematiza Schwarz: “Porém, nova surpresa, nem por isso a vida melhora, pois num estado como Mato Grosso, onde os bifos por assim dizer crescem nas árvores e a natureza está em toda parte, não há carne para comer, nem legume, nem leite, e os ovos são mais raros do que diamantes, sem falar nos hotéis, que são mocambos mas custam mais caro do que um hotel relativamente luxuoso em Ribeirão Preto, Campinas ou Uberaba” (Idem: 93). Schwarz sublinha, por meio de sua leitura sobre o texto de Rosenfeld, como o intelectual alemão parte da pequena Corumbá, a princípio, isolada e esquecida nos confins do Brasil, para demonstrar como ela pode fornecer subsídios significativos para a reflexão de processos históricos e sociais mais amplos de longa duração, que, a primeira vista, não se coadunariam à diminuta e aparente irrelevância desta pequena

procedimento mobilizado pelo narrador, que é volúvel, é convertido em técnica narrativa, também volúvel, o que permite visualizar como a forma literária mimetiza a dinâmica e a experiência social brasileira, por meio de sua reordenação e codificação (Waizbort, 2009). Percebe-se, por meio da leitura internalista de *MPBC*, operada pelo crítico, a maneira como ele elucida que a volubilidade do narrador é levada ao incomensurável, havendo constantemente o desrespeito de alguma norma (SCHWARZ, 2000b). O autor detalha o caráter ideológico ambivalente das elites brasileiras, as quais ensejam o domínio do repertório burguês do “Ocidente progressista e culto”, no caso, a norma, o que não seria significativo obstáculo para estas mesmas elites, em paralelo, beneficiarem-se do último grande sistema escravocrata remanescente do mesmo ocidente, a infração (Ibidem). Este tipo de ambivalência resulta no que Schwarz coloca como sendo a “comédia ideológica brasileira”. As elites dominantes estavam, segundo suas reflexões, ligadas tanto ao polo moderno, referido ao capitalismo e ao liberalismo, quanto aos princípios discricionários relacionados à escravidão e ao favor. Schwarz se debruça sobre o difícil processo de acomodação, não desprovido de tensões e contradições no decorrer dos ajustes ideológicos que, mesmo após operados, continuam com a compleição conflitante. Desta maneira, o sociólogo e crítico literário afirma que “a volubilidade de Brás Cubas é um mecanismo narrativo em que está implicada uma problemática nacional” (Ibidem: 47). Schwarz constata que

Ao lado da norma liberal e com presença tão sistematizada quanto a dela, há aqui uma ideologia familista, calcada na parentela de tipo brasileiro, com seu sistema de obrigações filiais e paternas abarcando escravos, dependentes, compadres, afilhados e aliados, além dos parentes. Esta ideologia empresta familiaridade e decoro patriarcal ao conúbio difícil de relações escravistas, clientelistas e burguesas (Ibidem: 70).

Segundo a lógica argumentativa de Schwarz, este tipo de colocação torna claro como Machado de Assis procurava cunhar um tipo representativo que lograsse sintetizar o padrão decorrente da peculiaridade do tipo de sociabilidade aqui estabelecido. O desenho deste tipo social corresponde à estrutura social existente, tornando imperativo

---

cidade. Schwarz nota como Rosenfeld realiza a problematização em torno do processo de modernização de Corumbá, procurando desmistificar seus pressupostos, no intuito de tornar evidente como este progresso pode carregar em seu seio sua própria contradição. De acordo com a análise de Schwarz, Rosenfeld realiza uma leitura que visa ir a contrapelo da narrativa propugnada pela ideologia do progresso, clarificando seus paradoxos e elucidando que o mesmo progresso é “causador de desordem” e que “não corresponde ao que se espera dele”. Desta maneira, Schwarz procura ressaltar como Rosenfeld percebe o avesso da ideologia em questão, com o fito de desnudar as contradições embutidas e envoltas por uma aura de promessas de benesses e avanços *ad infinitum*, que podem, inclusive, em uma acepção benjaminiana, conduzir à barbárie e à destruição.

ao escritor, segundo o crítico, a construção de personagens consonantes com o tipo específico de sociabilidade desenvolvida no Brasil oitocentista. Ou seja, Schwarz argumenta que detecta-se nas *MPBC* a coexistência entre as relações de favor, somadas às dependências que lhes são inerentes, com os ideais e aspirações da moderna sociedade burguesa, notabilizando-se o descompasso entre seus princípios antagônicos, não obstante passíveis de ajustes e acomodações. Neste sentido, observa Schwarz:

*Trata-se, noutras palavras, de um livro escrito contra o seu pseudo-autor. A estrutura é a mesma de Dom Casmurro: a denúncia de um protótipo e pró-homem das classes dominantes é empreendida na forma perversa da auto-exposição “involuntária”, ou seja, da primeira pessoa do singular usada com intenção distanciada e inimiga (comumente reservada à terceira pessoa) (Ibidem: 82, grifos do autor).*

Para empreender a denúncia dos arbítrios e desmandos da classe proprietária, Machado de Assis opera um movimento de considerável importância, ao se investir, segundo Schwarz, do figurino e do discurso desta mesma classe, por meio da adoção do narrador em primeira pessoa, expondo todos os seus requisitos e ferramentas para o exercício da dominação de classe. Assim, no caso de *Dom Casmurro*, pode-se dizer que é exigida uma leitura a contrapelo, uma vez que Machado de Assis, tal como discute o analista, construía “*situações narrativas*” ou “*narradores postos em situação*”, “*fábulas cujo drama só se completa quando levamos em conta a falta de isenção, a parcialidade ativa do próprio fabulista*” (Schwarz, 1997: 12). Ou seja, o eixo da forma literária de *Dom Casmurro* é o “*narrador unilateral*”.

Caso seja apreendido o movimento operado por Machado de Assis, como esclarece Roberto Schwarz:

O nosso cidadão acima de qualquer suspeita – o bacharel com bela cultura, o filho amantíssimo, o marido cioso, o proprietário abastado, avesso aos negócios, o arrimo da parentela, o moço com educação católica, o passadista refinado, o cavalheiro *belle époque* – ficava ele próprio sob suspeição, credor de toda a desconfiança disponível (Ibidem: 13, grifos do autor)

Schwarz enfatiza que inexistente possibilidade alguma de obtenção de certeza sobre a culpabilidade de Capitu, se era adúltera, ou se não era, dilema que equivocadamente vem inquietando diversas gerações, já que é indubitável que “Bento escreve e arranja a sua história com a finalidade de condenar a mulher. Não está nela, mas no marido, o enigma cuja decifração importa” (Ibidem: 16). Em sua leitura sobre *Dom Casmurro*, Schwarz

indica que “os excelentes recursos intelectuais vinculados a Bento Santiago não representam uma contribuição a mais para a civilização do país, e sim, ousadamente, a cobertura cultural da opressão de classe” (SCHWARZ, 1997: 13). Nesta direção, continua o crítico: “Longe de ser a solução, o refinamento intelectual da elite passa a ser uma face [...] da configuração social que o romance saudosamente relembra, ou desencantadamente põe a nu”(Idem: 13).

Schwarz evidencia que, ao adentrar a configuração social referente às personagens do romance, percebe-se que Capitu era uma mulher pobre inserida no contexto da sociedade patriarcal brasileira, cuja família possuía laços estreitos de dependência com a família de Bento Santiago. O crítico cita Helen Caldwell, professora norte-americana, que publicou o livro *The Brazilian Othello of Machado de Assis*, no ano de 1960, pondo “a descoberto o artifício construtivo da obra, a ideia insidiosa de emprestar a Otelo o papel e a credibilidade do narrador, deixando-o contar a história do justo castigo de Desdêmona. No básico, a charada literária que Machado armara estava decifrada” (Ibidem: 11). Acrescendo à leitura de Caldwell, Schwarz cita a contribuição de John Gledson para o debate, cuja relevância incide na problematização dos interesses sociais, “ligados à organização e à crise da ordem paternalista”. Segundo Schwarz:

Em lugar do novo Otelo, que por ciúme destrói e difama a amada, surge um moço rico, de família decadente, filho de mamãe, para o qual a energia e liberdade de opinião de uma mocinha mais moderna, além de filha de um vizinho pobre, provam ser intoleráveis. Neste sentido, os ciúmes condensam uma problemática social ampla, historicamente específica, e funcionam como convulsões da sociedade patriarcal em crise (Idem: 11).

Tendo em vista a problemática social na qual se encontra inscrito o enredo, Schwarz nota que se a crítica não é formulada pelo leitor é porque este se deixa seduzir, compartilhando dos preconceitos do próprio narrador, como foi o caso da crítica literária brasileira anterior aos anos 1960, prevalecendo um tipo de leitura conformista. Mas, ironicamente, pondera e indaga o crítico:

Aliás, como recusar simpatia a um cavalheiro distinto e sentimental, admiravelmente bem-falante, um pouco desajeitado em questões práticas, sobretudo de dinheiro, sempre perdido em recordações da infância, da casa onde cresceu, do quintal, do poço, dos brinquedos e pregões antigos, venerador lacrimoso da mãe, além de obcecado pela primeira namorada? (Ibidem: 10).



Ainda no que se refere ao travejamento social das personagens, deve-se lembrar que a população social do romance compõe uma “parentela”, célula social da sociedade brasileira oitocentista. No centro, pode-se enxergar o proprietário – na primeira parte do romance, dona Glória, mãe de Bento Santiago - cercado “de parentes, dependentes, aderentes e escravos, todos mais ou menos atados à vontade e aos obséquios daquele” (Ibidem: 18). Para adentrar o âmbito das relações de favor, analisadas por Schwarz, em *Dom Casmurro*, um dos dependentes é o agregado José Dias, que atua como emblema deste tipo de ator imerso e circunscrito à órbita de tais relações, emergindo exemplar e contributivamente para a reflexão acerca das mesmas. Demonstra Schwarz:

José Dias é o *agregado* da família Santiago. O termo designa uma figura que, não tendo nada de seu, vive *de favor* no espaço de uma família de posses, onde presta toda sorte de serviços. O cinquentão de estampa respeitável, com bagagem retórica e cívica, além do ar de conselheiro, que no entanto não passa de um moleque de recados, concentra admiravelmente as tensões contemporâneas dessa condição geral. A personagem, e em especial a convivência *espúria* da relação de favor com aspirações de independência e cidadania, são estudadas por Machado com precisão propriamente científica (SCHWARZ, 1997: 19, grifos do autor).

Adiante, Schwarz se debruça sobre a associação do favor e da dominação pessoal aos pressupostos do indivíduo moderno e livre, paradoxo característico do agregado José Dias, o que lhe confere complexidade e verossimilhança, contribuindo, por conseguinte, para a reflexão de impasses mais amplos pertencentes à dinâmica particular da sociedade brasileira. Seguindo este percurso, nota Schwarz:

“Em todos os exemplos [Schwarz se refere a alguns trechos do romance nos quais figura José Dias] assistimos à conjugação da dependência pessoal com certo espetáculo de dignidade, alusivo ao estatuto do indivíduo livre na ordem burguesa moderna. Os dois elementos, na qualidade mesma de incompatíveis, são indispensáveis à composição da personagem, mas o primeiro pesa mais, pela necessidade material. O fingimento salta aos olhos e tem de ser administrado a fim de prevenir algum contravapor. Quando trata com os superiores, o agregado se desdobra em adulações, pois se faltar a simpatia podem não lhe reconhecer as fumaças de homem livre, que com isso adquirem uma empostação de comédia. Quando trata com os seus similares (para não dizer iguais, noção ausente de seu universo), põe ênfase máxima na dignidade, que se transforma no oposto autoritário e farsesco dela mesma, já que a sua garantia está no prestígio social da família dos protetores, no qual o agregado toma carona” (Ibidem: 21).

Percebe-se, uma vez mais, o problema da inexistência de autonomia do indivíduo, o qual se acentua quando é referenciada à questão da importação das instituições liberais europeias e seus valores característicos, tendo em vista a difícil transposição da moderna concepção de cidadania para um contexto transbordante de relações de favor e dominação pessoal. Esta problemática possui centralidade para a reflexão do crítico, que enxerga em Capitu o par oposto de José Dias, pelo fato de, segundo sua leitura, ela satisfazer “os quesitos da individuação”. O que está em jogo no caso de Capitu é, na ótica de Schwarz, o uso da razão, cuja característica principal seria “o nexos entre liberdade de espírito e objetividade, esta última um verdadeiro esforço metodizado de pensamento” (Ibidem: 25). Ou seja, exemplifica o crítico:

Assim, quando a santa mãe de Bentinho resolve cumprir uma promessa e mandar o filho para o seminário, pondo em risco os planos conjugais da vizinha pobre, esta explode num raro espetáculo de independência de espírito e inteligência (Ibidem: 24).

Mas, quando Bentinho se torna Bento Santiago, “chefe de uma família abastada, advogado bem estabelecido, uma figura da ordem”, estas qualidades que contribuíram para que a união entre os dois se consumasse, tornam-se empecilhos aos olhos daquele que exerce o poder e a autoridade do *pater familias*. Schwarz afirma que o ciúme do narrador é exponenciado quando vinculado ao poder patriarcal e seus pressupostos. Em síntese: “A instância mais dramática está no ciúme, que havia sido um entre os vários destemperos imaginativos do menino, e agora, associado à autoridade do proprietário e marido, se torna uma força de devastação” (Ibidem: 29). Desta maneira, Schwarz inverte a problemática, afirmando que a “matéria substantiva está na desinclinação do último pela relação entre iguais, hipótese ou tentação *moderna* – se o termo de comparação foi a ordem patriarcal – que o ceticismo escarninho deve desbancar” (Ibidem: 31). Assim, pode-se perceber o embate entre a ordem familista – do favor e da dominação pessoal - e a liberdade individual, no qual esta não consegue se impor. O casamento entre Bento Santiago e Capitu, conforme argumenta Schwarz, “não representa uma vitória das Luzes”, encarnada pelo êxito logrado pela razão e inteligência desta última, mas sim, a reafirmação da sociedade patriarcal, do favor e da dominação pessoal. Em suma, Schwarz sublinha, por meio do empreendimento da leitura a contrapelo do discurso do narrador, o avesso do tipo bem quisto pela sociedade patriarcal brasileira oitocentista, problematizando o conteúdo de classe intrínseco à elite

senhorial presente no discurso de Bento Santiago. Nota-se como no âmbito de *Dom Casmurro*, tendo em vista o estudo de Schwarz, pré-requisitos modernos como liberdade individual e autonomia da pessoa, vinculados à moderna noção de cidadania, não possuem forças suficientes para se impor soberanas no contexto de uma ordem escravocrata, patriarcal, cujo “nexo efetivo da vida ideológica” é o favor.

### **Considerações finais**

Ampliando o escopo da análise aqui empreendida, tal como foi salientado, há uma ampla gama de intelectuais que se voltou para a análise das relações de favor, tornando evidentes os impasses decorridos de sua conjugação com a implementação das instituições liberais e da dominação racional-legal, as quais cujos pressupostos foram modelados em um contexto sociocultural diverso em relação ao brasileiro. Com diferenças relativas no que se refere ao plano da economia de seus argumentos, intelectuais como Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Victor Nunes Leal, Maria Isaura Pereira de Queiroz e Maria Sylvia de Carvalho Franco, refletiram sobre os impactos e desdobramentos oriundos da interlocução entre favor e liberalismo no processo de constituição das instituições liberais no Brasil. Eles emergem centralmente para este tipo de análise, pois indicam, ao longo de suas obras os limites da consolidação dos direitos e da ordem democrática burguesa, devido à atuação do favor como elemento interpelador decisivo e orientador das condutas dos atores sociais no Brasil.

Em artigo intitulado “Sequências de uma Sociologia Política Brasileira” (2007), André Botelho aponta o poder de interpelação cognitiva da obra de Oliveira Vianna em textos ensaísticos, bem como em trabalhos produzidos no período em que as ciências sociais já se encontravam institucionalizadas no país (Ibidem). Botelho procura identificar “linhas centrais de continuidade e descontinuidade cognitivas de uma vertente da sociologia política brasileira *en train de se faire* entre os anos 1920 e 1970” (Ibidem: 71 e 70, grifos do autor). Tendo em vista *Populações Meridionais do Brasil* (1920), escrito por Oliveira Vianna, os livros *Coronelismo, enxada e voto* (1949), *Homens livres na ordem escravocrata* (1969), escritos respectivamente por Victor Nunes Leal e Maria Sylvia de Carvalho Franco, bem como os diversos escritos de Maria Isaura Pereira de Queiroz, ressalvadas as diferenças entre seus argumentos, estas pesquisas mantêm a tese central do ensaio de Vianna, sobre a questão das relações de poder assentadas no conflito central entre as ordens pública e privada no Brasil

(Ibidem). Atento à esta constatação e à constelação de intelectuais que se preocuparam em tratar da conflituosa relação entre público e privado no Brasil, é importante, para o decorrer desta pesquisa, situar a temática das relações de favor diante desta relação mais ampla, justamente por ser o favor um ponto-chave contributivo para que haja certa tensão entre os polos público/privado na sociedade brasileira, como se pode perceber a partir da análise de Roberto Schwarz.

A tese relativa à hipertrofia da esfera privada e da atrofia da esfera pública além de não receber o mesmo tratamento em diferentes tradições ou correntes do pensamento social, não assume o mesmo sentido político (Botelho, 2011). Deve-se ressaltar que a questão referente à tensão existente na relação entre público e privado se afigura relevante para a discussão aqui proposta, pelo fato de a mesma emergir peremptória pelas interpretações do Brasil aqui elencadas. Somada a isto, a maneira como esta relação aqui se desdobra, não é sem consequências para a democracia, não apenas de um ponto de vista formal e institucional *stricto sensu*, mas também no que diz respeito “às formas sociais de sua organização, exercício e realização no dia a dia” (Ibidem: 427). A problemática advinda da relação entre as esferas pública e privada é matéria fundamental para a reflexão sobre os significativos limites para a plena realização da cidadania democrática, que se funda na noção de direitos, pois a prática do favor substitui estes mesmos direitos, impingindo óbices ao seu exercício e subvertendo seu sentido. Em suma, pensando o favor como expressão da hipertrofia da esfera privada e de sua extensão à esfera pública, e aos direitos, em conjunto, uma vez que constituem o código das relações desta esfera, cujas coordenadas e princípios são dissonantes dos pressupostos da outra, pode-se angariar subsídios para a reflexão sobre os problemas substantivos relacionados à dificuldade de plena realização e vigor da ordem democrática burguesa no Brasil.

## Referências bibliográficas

- ARANTES, P. *Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- BOTELHO, A. “Seqüências de uma sociologia política brasileira”. *DADOS Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, IUPERJ, vol. 50, n. 1, 2007, pp. 49-82.
- \_\_\_\_\_. “Público e privado no pensamento brasileiro”. In: Botelho, A. & Schwarz, L.M. *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- BUENO, A. “O negativo da nação – Roberto Schwarz pensa o Brasil”. In: *A vida negada e outros estudos*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- CANDIDO, A. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010 (a).
- \_\_\_\_\_. *O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010 (b).
- \_\_\_\_\_. *Formação da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2013.
- FRANCO, M. S. C. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.
- FREYRE, G. *Sobrados e mucambos*. São Paulo: Global, 2004.
- HOLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- LÓPEZ, S. “Olhares periféricos: a teoria estética de Adorno no Brasil”. In: *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- NAVES, R. *A forma difícil: ensaios sobre arte brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- QUEIROZ, M. I. P. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1976.
- RICUPERO, B. “O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos”. *Sociologia & Antropologia*, v. 03.06: pp. 525-556, novembro, 2013.
- SCHWARZ, R. “Pressupostos, salvo engano, de 'Dialética da malandragem'”. In: *Que horas são?*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_. *Duas meninas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000 (a).
- \_\_\_\_\_. *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2000 (b).

VIANNA, F. O. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Governo do Estado do Rio de Janeiro, UFF, 1973.

WAIZBORT, L. *A passagem do três ao um*. São Paulo: Cosac Naify, 2007 (a).

\_\_\_\_\_. “Quem herda não furta”. In: *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007 (b).

\_\_\_\_\_. “Roberto Schwarz: entre forma literária e processo social”. In: Botelho, A & Schwarcz, L.M. *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

WEBER, M. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WISNIK, J. M. *Veneno remédio: o futebol e o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.